

## AS POLÍTICAS MILITARES DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA (1947-1989)

João Roberto Martins Filho<sup>1</sup>

### RESUMO

O papel antidemocrático dos Estados Unidos na América Latina, durante a Guerra Fria, é bastante conhecido. Contudo, as análises da política norte-americana para região naquela fase histórica centram-se principalmente nas relações diplomáticas clássicas, deixando para segundo plano as políticas especificamente militares. Com base na revisão da bibliografia disponível sobre as relações militares dos Estados Unidos com os países da América Latina e em documentos do Pentágono, este artigo procura realizar um balanço do conteúdo, da dinâmica e das transformações ocorridas na política de ajuda militar norte-americana a esta área do mundo entre os anos 1947-1989.

### INTRODUÇÃO

Como se deram as relações especificamente militares dos Estados Unidos com a América Latina durante a guerra fria? É possível encontrar marcos divisórios importantes nessas relações? É correta a idéia de completa subordinação dos países da região aos desígnios dos EUA? Em busca a uma resposta mais precisa a essas questões, as páginas seguintes procuram retratar os rumos das políticas militares dos EUA para a América Latina entre 1947 e 1989. Com base em documentos do Pentágono e numa revisão da bibliografia especializada, procura-se mostrar a influência do quadro mais geral da guerra fria sobre as atitudes dos EUA para a região, ao mesmo tempo que se busca acompanhar os reflexos da situação interna norte-americana sobre suas políticas de segurança no hemisfério ocidental. Por fim, tenta-se entender o espaço de autonomia que tiveram principalmente países como Brasil e Argentina, dentro dos parâmetros mais gerais da política bipolar.

## DA GUERRA MUNDIAL À GUERRA FRIA (1945-1951)

A Segunda Guerra Mundial inaugurou um padrão de colaboração militar entre os EUA e a maioria de seus vizinhos do Sul que entusiasmou os governos latinos e suas Forças Armadas. A partir de 1938, o empenho americano em evitar a influência do Eixo na América Latina rapidamente resultara num virtual monopólio das missões estrangeiras no continente. A conferência do Rio de Janeiro, em 1942, estabeleceu as bases para o sistema de aliança militar na área, ratificadas três anos depois, em Chapultepec (Hovey, 1966:49-50). De tal modo, no imediato pós-guerra, era amplo o apoio latino-americano tanto à manutenção dos laços militares - através da instituição de um organismo permanente que desse continuidade à Junta Interamericana de Defesa - como à formação de um sistema de defesa continental fundado na padronização militar continental segundo o modelo norte-americano (Mecham, 1961; Child, 1980).<sup>2</sup>

Houve, evidentemente, divergências entre os antigos departamentos do Exército e da Marinha, - ansiosos por manter a relação estreita e autônoma com as Forças Armadas latino-americanas, conseguida durante a guerra - e o Departamento de Estado, preocupado em retomar o controle desse aspecto da política externa dos EUA (Child, 1980:77 e segs). Do ponto de vista das Forças Armadas, tratava-se de conservar as relações bilaterais entre as chefias militares norte-americanas e os Estados-Maiores de cada país latino-americano e, ao mesmo tempo, evitar a concorrência de países europeus na venda de armas para a região (Kaplan, 1975:409). O instrumento principal para a efetivação dessa política seria a padronização padronização de equipamentos, procedimentos operacionais, estruturas de organização e métodos de treinamento militares. Procurava-se incentivar o intercâmbio de estudantes e o recurso a missões militares. Esperava-se acertar a continuidade do uso de bases militares pelos EUA e o aproveitamento das matérias-primas estratégicas da região. Nesse sentido, já no final de 1945, a série de encontros bilaterais secretos mantidos entre os chefes americanos e seus colegas de quase todos os países da América Latina deixou claro esse ponto. Seu efeito maior

“foi um compromisso implícito por parte dos militares dos EUA em fornecer armamentos se as nações americanas concordassem em padronizar suas forças

armadas segundo modelos, equipamento, organização, doutrina e treinamento americanos” (Child, 1980:88).

Do lado latino, era atrativa a idéia de equipar e modernizar as forças armadas com ajuda externa (Child, 1980:79). O Brasil, por exemplo, dada sua participação no cenário italiano sob comando norte-americano e o uso das bases no Nordeste como trampolim para a África, compartilhou vigorosamente dessas expectativas. A aproximação dos aparelhos militares dos dois países no pós-guerra chegou mesmo a inquietar o Departamento de Estado, preocupado com a possibilidade da formação de uma subpotência regional como complicador de sua política na América do Sul (Child 1980:85; Kaplan, 1975:409).

Mas não tardaria para que as esperanças militares se chocassem com o clima antiimperialista do pós-1945. Equador, Panamá e Brasil foram os primeiros países a perceber o custo político interno da manutenção das bases americanas do tempo da guerra, apesar da boa vontade inicial dos governos. Em abril e outubro de 1946, respectivamente, a base naval do Rio de Janeiro e a de Paranmirim foram devolvidas ao Brasil. Em abril de 1947, os EUA já tinham anunciado a devolução completa das instalações ao governo brasileiro (Mecham, 1961:295 e segs.).

Outra fonte de intensa oposição foi a apresentação pelo presidente Truman ao Congresso norte-americano do “Inter-american Military Cooperation Act” (6 de maio de 1946). Reações na América Latina e nos EUA impediram a aprovação da lei. A mais forte defesa da legislação originou-se no aparelho militar, centrando-se no argumento de que a cooperação militar e a padronização das Forças Armadas do Sul constituíam os dois pilares da defesa continental contra o comunismo. Além disso, os chefes militares insistiam em que o fracasso americano em fornecer assistência levaria as nações latinas a buscar armas na Europa. Na batalha final, o Departamento de Estado aderiu à defesa da lei - ainda que ao custo de sufocar oposições internas - mas a corrente contrária no parlamento dos EUA foi capaz de obstruí-la em 1947, fundando-se seja no argumento da necessidade de ajuda econômica e não de ajuda militar, seja na idéia de que fornecer armas significava fortalecer ditadores ao sul do rio Grande.

Como veremos depois, no início dos anos 50, a dinâmica da Guerra Fria alteraria essa situação, quando a Guerra da Coréia deu novo impulso aos argumentos em favor da ajuda militar. Além disso, a situação

na Europa (crise de Berlim) e na Ásia (queda da China) possibilitou a aprovação da legislação - consolidada no Mutual Defense Assistance Act de 6 de outubro de 1949, que forneceria o quadro mais geral para o Mutual Security Act de 1951, que unificou o sistema de ajuda americano (U.S. Air Force, 1970:5; Leffler, 1982: 285 e segs). De qualquer modo, o primeiro e mais poderoso esforço das FFAA americanas no sentido de construir um sistema de defesa continental sob sua hegemonia perdeu seu impulso original e teve que sofrer adaptações.

Ainda assim, em agosto de 1947, depois de vários adiamentos devidos à tensão entre os EUA e o governo de Perón na Argentina, reuniu-se em Petrópolis a “Conferência Inter-Americana para a Manutenção da Paz e da Segurança Continental”, num ambiente bastante favorável à construção da aliança militar continental (Child, 1978:95). Do encontro - o primeiro realizado no período da Guerra Fria -, resultaria o acordo que definiu os quadros mais amplos da cooperação militar nas próximas décadas: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ou “Tratado do Rio”, subscrito por praticamente todos os países da América Latina a 2 de setembro de 1947.

No entanto, as divergências entre a política externa norte-americana e os governos latinos evidenciaram-se com nitidez no decorrer da conferência. Empenhados na reconstrução da Europa e preocupados com o adversário soviético nos primeiros meses da Guerra Fria, os EUA, por meio do próprio secretário de Estado George Marshall, apostaram suas fichas num “sólido e estreito tratado de segurança coletiva que garantisse a “segurança” do Hemisfério, permitindo aos EUA concentrar-se nas áreas de maior prioridade da Europa e Ásia” (Child, 1978:95-96). Ao mesmo tempo, procuraram incluir previsões para a formação de um sistema integrado de bases no continente. Do lado latino-americano, ficou clara a postulação de garantir a ajuda militar, sem renunciar à reivindicação de ajuda econômica. Além disso, transpareceram preocupações no sentido de criar contrapesos à influência dos EUA no continente.

A principal justificativa do TIAR foi o princípio de que um ataque armado movido por qualquer país contra um estado americano seria considerado um ataque contra todos eles. No caso de uma agressão não armada e outras situações que colocassem em risco a segurança do continente americano, estabeleceram-se mecanismos de consulta prévia para decidir a atitude coletiva a ser tomada. Depois de ampla discussão, e

em nome do não intervencionismo em assuntos internos, abandonaram-se as pretensões americanas de permitir intervenção em caso de ameaças à democracia. Formalmente, assim, o TIAR suprimia a possibilidade de guerras internas ao continente (Mecham, 1961:281). Por fim, é fundamental registrar que o objetivo norte-americano de criar um organismo militar permanente para controlar e efetivar a aliança militar, a partir de uma avaliação objetiva das perspectivas de sua aprovação em 1947, foi adiado para o encontro seguinte. O tratado levantou ampla onda de protestos na América Latina, com acusações de que os aliados dos EUA tinham se acorrentado à estratégia militar americana (Child, 1978:100).

No entanto, nem isso, nem a ausência de um órgão permanente de defesa continental, impediriam o avanço da aliança militar, efetivada com o estabelecimento bilateral de missões de assessoria militar. O Brasil saiu na frente a, 15 de agosto de 1948, com o convênio bilateral que resultaria na criação da Escola Superior de Guerra (Mecham, 1961:297 e segs.). Enquanto isso, os poucos meses que separaram a conferência de Petrópolis da de Bogotá deixaram claras as diferenças de visão entre o Departamento de Estado americano e estabelecimento militar, chefiado então pelos secretários da Defesa, Exército, Marinha e Aeronáutica (Leffler, 1982:175 e segs. e 270 e segs.).

Com efeito, o Congresso americano aprovava em julho de 1947 o National Security Act, instrumento que definiu a estrutura do aparelho militar americano da Guerra Fria. A lei instituiu o “National Security Council” (NSC) e o “National Security Resources Board” (NSRB), além da “Central Intelligence Agency” (CIA). O chamado National Military Establishment (NME) passou a agrupar as três secretarias militares e a nova Secretaria de Defesa. De início, as secretárias do Exército, Marinha e Aeronáutica conservaram status de ministérios, respondendo diretamente ao presidente. No verão americano de 1949, esforços de centralização e controle sobre o setor militar foram complementados por emendas destinadas a “fortalecer o posto de Secretário da Defesa, enfraquecer os secretários de cada força e criar um Estado Maior unificado responsável perante um chefe único”. Com isso, reduziu-se o NME a um órgão executivo - o “Department of Defense”. Os secretários militares perderam status ministerial e assento no NSC. O Departamento de Defesa ganhou mais poder, surgindo o cargo de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (“Joint Chiefs of State”, JCS). Isso

deveria permitir maior coordenação entre a política militar e os objetivos estratégicos mais amplos do país.

Voltando ao debate interno norte-americano, enquanto os diplomatas defendiam a subordinação da temática militar ao objetivo político de formação da Organização dos Estados Americanos, os chefes militares, na sua concepção do que deveria ser o “Conselho de Defesa Interamericana”, avançavam reivindicações de autonomia militar desse órgão em relação à entidade política em vias de formação. Segundo um documento do próprio Departamento de Estado, “eles tendem a pensar no Conselho de Defesa como um veículo do Estado Maior das Forças Armadas, ao invés de uma organização genuinamente multilateral” (Child, 1978:102).

Mas as divergências mais fortes em 1948 foram entre EUA e América Latina. No contexto das repercussões do Plano Marshall, os países latinos colocaram-se em bloco a favor da visão do sistema panamericano como uma entidade econômica, social, cultural e, finalmente, militar. Assim, no início da Guerra Fria, vinham à luz como elementos de tensão o choque entre a ênfase na ajuda militar (Departamento Defesa americano e quase todos os Estados-Maiores latinos) e ênfase na ajuda econômica (governos latinos, setores do Congresso americano); a visão da OEA como um órgão basicamente sócio-econômico e não militar e a diferença de preocupação estratégica: ênfase norte-americana no conflito extracontinental com a URSS e ênfase latina nos riscos de intervencionismo norte-americano no continente. Argentina e México foram os países mais agressivos na oposição aos EUA em Bogotá (Child, 1978:104-06).

Foi esse o quadro em que se discutiu a proposta americana de criar um órgão permanente de defesa continental - o Conselho Interamericano de Defesa - com o mesmo status dos outros conselhos que constariam da Carta da OEA. Os países latino-americanos posicionaram-se contrários a essa solução, temendo a criação de um organismo central da OEA sob hegemonia nítida dos EUA. No entanto, todos concordavam que seria necessário um órgão militar para coordenar a cooperação militar interamericana. A solução de compromisso encontrada foi o abandono da idéia original dos EUA: na Carta da OEA constou apenas uma menção a um futuro “Comitê Assessor de Defesa”, nunca criado.

A partir desse compromisso, o único organismo de coordenação permanente passou a ser a já existente Junta Interamericana de Defesa. Apesar dos esforços dos países latinos em diminuir sua importância, a JID seria um dos pilares do Sistema Interamericano de Defesa (SID), durante a Guerra Fria (Dreier, 1962:43-48). Herdada dos tempos da União Panamericana, a Junta expressaria não apenas a subordinação das FFAA latino-americanas à visão estratégica global dos EUA nos quadros da Guerra Fria, como a autonomia dos mecanismos militares dentro dos quadros da União Panamericana (Mecham, 1961:330). Foi um elemento fundamental na política militar norte-americana para a América Latina. Sua relativa autonomia parece evidente: conforme afirmou um estudioso, “há poucas dúvidas de que o estabelecimento militar dos EUA decidia sobre os totais da ajuda com mínima assistência do Departamento de Estado” (Francis, 1964:395). A própria fachada “multilateral” da JID encontrava seus limites na efetiva hegemonia estratégica, política e militar americana no seu interior.

No entanto, ainda mais importante que a Junta Interamericana de Defesa seriam os acordos militares bilaterais efetuados a partir de 1952. Enquanto Cuba, Colômbia, Perú e Chile foram capazes de aprovar os acordos ainda naquele ano, Brasil, República Dominicana e Uruguai o fizeram em 1953. Nos dois anos seguintes, foi a vez de Nicarágua, Honduras, Guatemala e Haiti. Apenas os países signatários desses acordos podiam receber ajuda militar. No entanto, as mudanças na legislação em 1961 flexibilizaram esse ponto e, por volta de 1964, só Canadá, Haiti e Cuba não faziam parte do Sistema Interamericano de Defesa (Hovey: 1966, 52-53).

Mas, no final dos anos quarenta e início dos 50, a dinâmica da Guerra Fria situava a América Latina num lugar secundário dentro das preocupações dos EUA. Em 1949, a “queda da China” acendeu imensas inquietações na Ásia. Na Europa, a atenção concentrava-se no problema de Berlim e no Plano Marshall. Ainda em 1949, a explosão da primeira bomba atômica soviética completou o quadro já tenso do final da década (Patterson, 1996:165:205). Não obstante, o caráter global da política militar americana exigia que a América Latina, mesmo considerada “espaço secundário” no conflito bipolar mundial, fosse cuidadosamente mantida dentro da aliança ocidental. No entanto, numa escala de importância estratégica das várias regiões do mundo, apenas Brasil e México tinham algum lugar nas considerações dos EUA, como sexta

prioridade numa escala de sete categorias.<sup>3</sup> Além de reservar aos países do Sul responsabilidades estratégicas secundárias, a política militar dos EUA tinha o objetivo de garantir matérias-primas de importância estratégica. Mas, independente do relevo especificamente estratégico da região, o alvo principal dos militares americanos parece ter sido, desde o início, a manutenção de vínculos estreitos com as Forças Armadas da área, a fim de garantir o monopólio não apenas do fornecimento de armas, mas, principalmente, do treinamento e doutrinação dos oficiais latinos.

### **O AMIGO AMERICANO (1951-1960)**

No decorrer dos anos 50, a Europa manteve-se inicialmente como centro das preocupações estratégicas e militares dos EUA até ser substituída pelos países da Ásia, por volta do final da década. Em termos de ajuda militar, entre 1949 e 1952, 80% das transferências destinaram-se ao velho continente. A partir de 1957, a ajuda à Ásia começa a subir acentuadamente, ultrapassando o total europeu no final da década, para atingir cerca de 70% já em 1962. Enquanto isso, no decorrer dos anos 50, a América Latina ficou com cerca de 1% da soma mundial da ajuda militar americana.<sup>4</sup> (Ver Mapa dos totais de ajuda do Exército, SRSA, 1954). Já em termos estratégicos mais amplos, o lugar da América Latina estava bastante claro.<sup>5</sup> Situados fora do “Espaço Primário”, “onde a luta pelo poder atual está ocorrendo, que se situa entre os paralelos 10 e 40 latitude norte e é ocupado pelas nações cujo território poderia servir como área de conflito armado entre o mundo livre e as nações comunistas” (Mecham, 1961:333), os países do Sul poderiam contribuir para a “defesa do hemisfério” apenas num sentido heterodoxo. Como admitiu até mesmo um estudioso americano conservador:

“uma vez que um ataque direto pelas forças comunistas na América do Sul é improvável, as principais contribuições da América Latina para as nações do mundo livre se concentrariam na manutenção da ordem e na prevenção de atividades subversivas” (Mecham, 1961:334).

Embora os documentos da época em geral não se referissem senão à propaganda “defesa contra agressões externas”, num relatório de meados da década de 50 é possível encontrar a “defesa do hemisfério e ajuda na vigilância contra a subversão”, como argumento a justificar a

ajuda militar para os países latino-americanos (Department of Defense, 1955).

No plano do discurso, as Forças Armadas da América Latina deveriam cumprir o papel de garantir a “estabilidade continental”, possibilitando que a atenção americana se concentrasse nos focos principais das tensões da Guerra Fria. Mas a consciência da limitada capacidade de defesa externa dos países da região, embora pouca vezes explicitada, era bastante clara entre os chefes militares americanos. Não por acaso, no contexto da Guerra da Coreia, eles se opuseram ao intuito do Departamento de Estado de levar à Ásia tantos contingentes latino-americanos quanto possível. Para o Departamento de Defesa, organizar essa colaboração apenas distrairia a atenção da frente de combate. Somente o ingresso de grandes contingentes latinos seria relevante.

Foi esse o contexto mais amplo em que se consolidou, depois de um momento de paralisia nos dois últimos anos da década de 40, a política militar centrada na padronização de armamentos, de doutrinas militares e métodos de treinamento. As Forças Armadas dos EUA conservaram agudo controle dessas políticas, utilizando-se, como veremos, do expediente dos acordos militares bilaterais, e não da Junta Interamericana de Defesa, mais exposta ao controle da OEA. Com a eclosão da Guerra da Coreia, caíram internamente as resistências anteriores à aprovação do Mutual Security Act. Além disso, com a escalada nuclear e a decisão americana de fabricar a bomba de hidrogênio, os primeiros anos 50 constituíram uma fase particularmente tensa da Guerra Fria. Dessa maneira, o segundo mandato de Truman marcou a escalada nos gastos gerais de defesa, cuja expressão legal foi o famoso documento do Conselho de Segurança Nacional, mais conhecido como NSC-68 (Patterson, 1996:176 e segs.). Por sua vez, o Sistema Interamericano de Defesa saíria fortalecido na conjuntura mundial do início dos anos 50, facilitando nos EUA a aprovação do quadro jurídico que possibilitou a série de acordos militares bilaterais efetuados a partir de 1952 com todos os países da área, menos o México e a Argentina (que só assinou em 1964).

No final da década, o sistema de ajuda militar envolvia: 1) missões militares americanas em 18 países, com 558 assessores das três forças; 2) cerca de 800 oficiais americanos na América Latina (sem contar os militares estacionados no Panamá); 3) intenso treinamento de oficiais em bases no Panamá e nos EUA; 4) amplas vendas de material militar, a

vista ou a crédito; 5) visitas regulares aos EUA por parte de oficiais latino-americanos; 6) um comando unificado americano para a América Latina, estabelecido na Zona do Canal: o SOUTHCOM (Child, 1978:126). Em síntese,

“Os EUA moveram-se rapidamente (...) para uma posição de quase-monopólio da venda de armamentos e assessoria militar na América Latina (...). Enquanto principal fornecedor de armas e assessoria, os EUA controlavam o SID (...) ... um virtual monopólio de fornecimento de armas, treinamento e influência sobre os militares latino-americanos” (Child, 1978:124).<sup>6</sup>

Mas o fato de que o excedente de guerra tenha permitido transferências importantes de material bélico pesado para os países do Sul não impede enxergar que as missões militares americanas e o sistema de treinamento de oficiais latinos nos EUA tiveram um efeito menos visível: o de cimentar uma doutrina militar hegemônica no continente. Inspirada por profundo anticomunismo, elaborada no apogeu da Guerra Fria, sob forte influência de um aparelho militar cada vez mais poderoso, tal doutrina atribuía às Forças Armadas do Sul um papel auxiliar e pouco provável na frente externa e um papel insubstituível na frente interna. Até 1961, o material obsoleto da II Guerra ainda garantiu transferências militares de material pesado sob o argumento da defesa contra agressões externas. Depois dessa data, mesmo a ajuda material passou a centrar-se, como veremos, em armas mais adequadas à luta contra a subversão.

Mas, antes de passar à década seguinte, convém abordar um aspecto relevante da dinâmica da hegemonia militar: a influência das disputas domésticas sobre a política externa e militar dos EUA para a América Latina. Como já se disse, a demagogia eleitoral americana foi parte indissociável da dinâmica da Guerra Fria. O partido no poder sempre temia as acusações do partido na oposição quanto à falta de energia no trato com os comunistas. Esse traço era elemento integrante das considerações dos presidentes ao tomar decisões nesse campo. Nesse sentido, a substituição de Eisenhower por Kennedy (eleito com uma diferença de apenas 100 mil votos, com um discurso duro no que tange à Guerra Fria) não significou efetivamente uma mudança radical na política de hegemonia militar para a América Latina, mas a clara definição pelo aspecto mais “lógico” dessa política: a manutenção da segurança interna, diante da ocorrência de um caso vitorioso de guerrilha revolucionária.

Por outro lado, é bom notar que o esforço do candidato Kennedy ao propor uma nova política para a América Latina deu-se num

contexto de agudo recrudescimento do antiamericanismo nos países do Sul, depois de uma década de ajuda fundamentalmente militar, cuja racionalidade, conseqüências e justificativas eram basicamente secretas.<sup>7</sup> Isso colocava a questão latino-americana num novo quadro de urgência.

Atuando no mesmo sentido, deve-se considerar, a partir de 1956, a elevação no tom da propaganda soviética sobre o avanço inevitável do socialismo. Em seus ecos nos EUA, a ofensiva da URSS e a conseqüente posição de barganha potencialmente disponível aos países do Terceiro Mundo fizeram surgir a expressão “tirania dos mais fracos”, cunhada por Foster Dulles, no final dos anos 50. Walt Rostow, assessor especial de Kennedy e chefe da seção de planejamento de políticas do Departamento de Estado nos governos deste e de seu sucessor Johnson, situaria, depois, no simbólico lançamento do “Sputnik”, em 1957, o início da segunda ofensiva soviética na Guerra Fria. Para ele, o ano de 1958 foi decisivo, com o anúncio por Hanói do início da guerra de guerrilhas no Vietnã do Sul, a retomada das atividades do Pathet Lao e os esforços soviéticos para conseguir uma base de sustentação no Congo. As lutas de libertação nacional pareciam virar os ventos em direção à URSS e a revolução em Cuba foi vista como o sinal de que este processo chegara às vizinhanças dos EUA (Ransom:1965:124).

## **REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO (1961-1967)**

No primeiro dia de janeiro de 1959, a entrada de um grupo de revolucionários em Havana, a capital cubana, deu nova importância à América Latina no contexto mundial da Guerra Fria. Desde então, a pequena Cuba transformou-se num problema insolúvel para os EUA, um “espinho na carne” na frase do senador William Fulbright ao presidente Kennedy. Duas das maiores crises internacionais do início dos anos 60 ocorreriam em torno da ilha: a fracassada invasão da Baía dos Porcos, em 1961 e a Crise dos Mísseis soviéticos em 1962, considerada por alguns como a mais grave crise nuclear da Guerra Fria (Prados, 1997:12-13).

Ao mesmo tempo, no decorrer da década que agora se abria, as Forças Armadas do Sul ascenderam ao poder em inúmeros países. Enfim, o impacto da vitória guerrilheira em Cuba sobre os grupos revolucionários da América Latina forneceu os elementos adicionais para o quadro que possibilitou a elevação da teoria da contra-insurreição

(counter-insurgency) ao primeiro plano da política de hegemonia militar dos EUA, a partir do governo Kennedy.<sup>8</sup>

Nos EUA, a evolução da crise cubana veio se sobrepôr a um debate em curso no Congresso sobre a eficácia da ajuda militar em termos estratégicos clássicos e seus efeitos negativos no processo democrático da região (Francis, 1964:396). O resultado geral desse processo foi a consolidação de uma visão quase unânime no Executivo americano de que a política militar seria justificada pela ênfase nas funções de segurança interna. Depoimentos oficiais como o do Secretário de Defesa McElroy em 1958, no Comitê de Relações Exteriores do Senado, mostram que essa era a função efetivamente cumprida até então. Para o secretário de Eisenhower, era “importante para o interesse militar de nosso país manter a segurança interna e é essa a razão da existência desse programa bastante modesto naquela parte do mundo” (Francis, 1964:399). O sucessor de McElroy como Secretário de Defesa, Robert McNamara, tinha mais dificuldade em admitir esse papel mas suas palavras de junho de 1963 são significativas:

“Até cerca de 1960, os programas de ajuda militar para a América Latina eram orientados para a defesa do Hemisfério. Na medida em que ficava claro que não havia ameaça significativa de agressão externa aberta contra a América Latina, a ênfase mudou para as capacidades de segurança interna, contra a subversão ou a agressão aberta de inspiração comunista, bem como ao projetos de ação cívica destinados a promover a estabilidade e a fortalecer as economias nacionais”. (Apud Francis, 1964:402).

De todo modo, o começo dos anos 60 criou as condições para resolver a contradição parcial entre discurso e prática na política militar dos EUA para a América Latina. A ascensão da teoria da contra-insurreição clarificou os objetivos. Fizeram-se esforços para seguir as recomendações do Relatório Drapper, de 1959, no sentido de racionalizar o sistema de ajuda militar, com medidas como a nomeação de um Diretor de Assistência Militar, o planejamento de médio prazo, a coordenação entre missões militares e embaixadores, a passagem dos orçamentos de ajuda militar para o interior dos orçamentos militares, além da autonomia maior dos comandos militares unificados na região para integrar os programas das três forças (U.S. President’s Committee, 1959; U.S. Department of Defense, 1960).

Assim aperfeiçoado, o Sistema Militar Interamericano ganhou fôlego e recursos. A participação da América Latina no total da ajuda

militar dos EUA finalmente superou os 1% acima citados, até chegar a 6% no final da década, conforme os dados dos relatórios do Departamento de Defesa (Hovey, 1966:51). Em 1966, o PAM atingiu suas maiores cifras. Alguns estudiosos defendem mesmo que o novo presidente “aprovou aproximadamente 77 milhões de dólares por ano em ajuda militar para a América Latina, um aumento de 50 por cento sobre a média da assistência anual durante a década de 50, em contradição com sua promessa inicial de reduzir a ajuda militar ao Sul (Rabe, 1989:117).

Cresceu também, acentuadamente, o número de pessoal militar americano na América Latina e de oficiais latinos que completaram cursos de treinamento em centros militares dos EUA. Para algumas fontes, somente em 1962, 9 mil oficiais latino-americanos passaram por alguma forma de treinamento sob supervisão americana (Rabe, 1989:118). Para esse fim, ampliou-se e aprimorou-se o sistema acadêmico militar: em 1963, a antiga Escola do Caribe do Exército americano passou a se chamar Escola das Américas; um ano após, criou-se a Academia de Polícia Interamericana. Ambas as escolas enfatizavam o preparo militar e/ou policial nos quadros da contra-insurreição. Na Carolina do Norte, no forte Bragg, passaram a ser ministrados cursos anti-guerrilha (Langley, 1969:351).

Ainda em 1962 foi fundado, no forte McNair, na capital dos EUA, o Inter-American Defense College, cujo curso anual de dez meses passou a matricular de 40 a 60 coronéis ou tenentes-coronéis dos países latinos, com o objetivo principal de funcionar como “uma arma na luta contra Castro e um meio para doutrinar importantes oficiais latino-americanos nos hábitos políticos e sociais dos EUA” (Child, 1978:158). No final de 1963, os ministros da Defesa dos países centro-americanos assinaram acordo com o mesmo teor, para a criação do Conselho de Defesa Centro-Americano. Também sob estreita orientação americana, tiveram início nos primeiros anos sessenta as reuniões específicas anuais ou bianuais de chefes de Exército, Aeronáutica e Marinha.

Além disso, o fortalecimento do Sistema de Defesa Interamericano expressou-se na frequência das manobras conjuntas envolvendo forças militares dos EUA e da América Latina, cujos nomes estavam longe de fazer justiça ao caráter efetivo da ajuda militar americana: “Solidariedade” (1961), “Fraternidade” (1962), “América”(1963) e “Ayacucho” (1964). A Operação “Unitas” permitia

manobras entre uma força naval dos EUA e sucessivos países do Sul, na rota da frota americana que anualmente contornava a costa da América do Sul. Em 1965, o antigo esforço militar americano de constituir uma força de paz permanente sob seu comando atingiu um breve apogeu na intervenção conjunta em território dominicano. Por fim, os EUA criaram na Zona do Canal, no Panamá, o SOUTHCOM (Comando do Sul), para efetivar com mais sucesso as ações da hegemonia militar.

Basicamente, no começo da nova década, o sistema incluía treinamento em controle de distúrbios, informações, relações públicas, guerra psicológica, além de operações, táticas e contra-insurreição voltadas para a luta antiguerrilha.<sup>9</sup> A “Aliança para o Progresso” navegou desde o início nas turbulentas águas no rastro da Revolução Cubana. Com efeito, a promessa de oferecer um novo Plano Marshall para a América Latina, destinado a fomentar a justiça social e a democracia, ficaria em grande parte no plano do discurso. Para Stephen Rabe “o governo calculava a ameaça comunista interna e a atitude dos governos latino-americanos diante de Cuba ao determinar sua posição face aos golpes militares” (Rabe, 1989:114-15). Não espanta, assim, que, em outubro de 1963, um documento do Departamento de Estado admitisse explicitamente que era impossível subordinar a política americana a um princípio genérico de oposição às ditaduras. O próprio sub-secretário de Estado Edwin Martin confessaria com certa candura que os militares eram a mais confiável força política pró-americana e anticomunista nos países do Sul. Para Robert McNamara: “a exposição dos oficiais dessas nações a nossas escolas os familiariza com filosofias democráticas, modos de pensar democráticos, que eles levam para seus países, ao voltar”. Pouco tempo antes, missão do Senado americano enviada à América Latina concluiu, no mesmo sentido, que: “em todas as instâncias, os grupos militares pareciam ser não apenas forças estabilizadoras mas igualmente promotoras das instituições democráticas e mudanças sociais e econômicas” (Hovey, 1966:67-69). Tal interpretação não explica os dezesseis golpes castrenses dos anos seguintes.

Mas o impacto mais direto dos acontecimentos de Cuba foi a ascensão da teoria da contra-insurreição. Nesse sentido, podemos propor como um dos marcos divisórios da nova política um documento preparado pela seção de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado em janeiro de 1961, com o título: “A New Concept for Hemispheric Defense and Development”. Em sua proposição central,

ele sugeria substituir a idéia da defesa coletiva do hemisfério contra um inimigo externo pelo conceito de manutenção da ordem interna no hemisfério. A teoria da “contra-insurreição” era o pilar dessa concepção.

Na visão dos estrategistas norte-americanos, a já mencionada ofensiva soviética a partir de 1957 colocava como principal desafio na arena do Terceiro Mundo a contenção das lutas de libertação e, especialmente, das guerrilhas comunistas (Rostow, 1965:125). Pela primeira vez um país do continente era visto como palco central da Guerra Fria. Um dos principais teóricos da contra-insurreição, patrono de sua legitimação política e estratégica foi Walt Rostow. Para ele, o governo Kennedy inaugurou-se em meio a crises insurrecionais em quatro pontos do globo: Cuba, Congo, Laos e Vietnã (Rostow in Ramson, :507513; U.S. Department of Defense, 1963:48-49).

Destacando o relatório de Kruschchev à recente conferência dos partidos comunistas, realizada em Moscou, para mostrar que o apoio às guerras de libertação nacional era o alvo básico da nova estratégia soviética, ele defendia que as “revoluções” de modernização nacional em curso no Terceiro Mundo efetivamente forneciam grandes oportunidades para a subversão comunista (Barnet, 1972:80). O próprio comunismo, na visão daquele assessor, poderia ser visto como “uma doença da passagem para a modernização”. Diante dessa ameaça, o interesse maior da política externa americana seria o de defender a independência dos países ameaçados pela estratégia de submissão soviética, a fim de “manter um ambiente no cenário mundial que permita a nossa sociedade aberta sobreviver e florescer”. Nesse quadro, entre as muitas responsabilidades de seu lugar como potência mundial, os EUA teriam um papel a cumprir ao aprender a “conter a guerra de guerrilhas, se possível e enfrentá-la, se necessário”. Os EUA “estão determinados a ajudar a destruir esta doença internacional: a guerra de guerrilhas, planejada, iniciada, apoiada e comandada de fora das nações independentes”.

Para ele, não haveria paz no mundo se a comunidade internacional aceitasse a ascensão de um governo originário de guerrilhas. A interferência indireta em nações independentes devia ser equiparada à agressão externa convencional. Rostow recomendaria mesmo a leitura de Guevara e Mao Tse-tung: “a orquestração de tropas profissionais, milícias e grupos de guerrilheiros é um jogo antigo, cujas regras podem ser estudadas e aprendidas”.

Essas definições tiveram efeitos múltiplos em aspectos fundamentais para nossa análise. Basta aqui mencionar as alterações no tipo de equipamento - com a valorização do armamento leve e móvel - e na doutrina, com a retomada explícita das lições desenvolvidas pelos ingleses na Malásia e pelos franceses na Indochina. No que tange ao primeiro aspecto, “a mudança marcava a passagem de tanques, navios pesados e aeronaves de alto desempenho, para caminhões e blindados leves, material para patrulhas pequenas e aviões de combate e transporte multiuso e relativamente lentos” (Child, 1978:149). Um documento oficial da época destacava a praticidade e o baixo custo do novo equipamento:

“O custo total de uma companhia de controle de tumultos com 225 homens, totalmente equipada com mochilas pessoais, gás lacrimogêneo, cassetetes, armas de mão e um carro-tanque para dispersar multidões com tinta indelével chega a apenas US\$ 58 mil dólares” (Rabe, 1989:118).

Em suma, o papel de contra-insurreição deslocava, sem disfarces e explicitamente, o treinamento, doutrina e armamento para funções mais associadas à polícia e nitidamente inadequadas à defesa nacional. Cresceu no interior do aparelho de Estado americano a concordância sobre esses objetivos. Como afirmou Stephen Kaplan (1975:415), “no começo dos anos sessenta, existia uma forte coalizão no Executivo favorável à transferência de itens como helicópteros, caminhões, jipes e armas leves, além de equipamento de comunicações”. Do ponto de vista institucional, a tendência a assumir sem rodeios a função anti-subversiva consolidou-se na criação do Grupo Especial Intradepartamental para a Contra-insurreição e do Departamento para Segurança Pública, este como nova seção da Agency for International Development (AID) (Rabe, 1989:117-18).

O ano de 1958 marca a primeira referência explícita à “insurreição” nos relatórios do Departamento de Defesa (U.S. Department of Defense, 1960:93).. Em 1962, aqueles documentos mencionam o treinamento em “técnicas e doutrinas de contra-insurreição” no sudeste asiático, no contexto da guerra de guerrilhas no Vietnã (U.S. Department of Defense, 1963:49). A partir daí, os relatórios abrem cada vez mais espaço para tratar dessas atividades. Assim, o relatório do Secretário do Exército referente a 1961-1962 continha pela primeira vez um subtítulo “Guerra Especial”, para definir a

importância da capacidade bélica contra a “ameaça de atividades de insurreição, subversão e guerrilha de inspiração comunista”. Mencionando manobras de treinamento em várias partes dos EUA e a criação de uma Diretoria de Guerra Especial, o texto afirma que as Forças Especiais do Exército mais do que duplicaram no período de um ano. Segundo o mesmo relatório, Forças Móveis Especiais foram enviadas ao Sudeste Asiático, América Latina e Oriente Médio e o treinamento de oficiais latino-americanos em centros militares dos EUA e da Zona do Canal incluiu habilidades em artilharia, engenharia e manutenção, além de ações castrenses de “ação cívica” (U.S. Department of Defense, Army, 1962:100 e 173). Também a Marinha criou unidades especiais, conhecidas como SEAL (Sea, Air, Land), STATS (Seabee Technical Assistance Teams) e MTTs (Mobile Training Teams), “para trabalhar com forças unificadas e indígenas em várias partes do mundo”, ao mesmo tempo em que aperfeiçoava o treinamento em línguas estrangeiras (U.S. Department of Defense, Navy, 1962:204 e 219). No seu balanço das atividades no último ano do período Kennedy, o Secretário de Defesa americano afirmava que

“a ênfase na América Latina, que forma parte integrante do esforço global da Aliança para o Progresso, tem se deslocado crescentemente para o fortalecimento da segurança interna, sem a qual pouco progresso econômico pode ser atingido ou sustentado” (U.S. Department of Defense, Defense, 1963:53).

O relatório do Exército para o mesmo período mostra que as Forças de Guerra Especial aumentaram seis vezes no espaço de pouco mais de um ano e meio, passando a contar com 9 mil homens, divididos em três escalões diversos: 1) Forças Especiais móveis, “consistentes na maior parte de aviação, engenharia, assuntos médicos e civis, inteligência, guerra psicológica e polícia militar”; 2) forças de objetivo geral nos comandos de ultramar; 3) forças estacionadas nos EUA (U.S. Department of Defense, Army, 1963:127). A partir de 1964, já agora no governo Lyndon Johnson, as Forças Especiais foram reorganizadas em sua estrutura e equipamento, para aprimorar capacidades de logística e comunicação. Uma companhia aerotransportada plena de Forças Especiais foi criada nos EUA e companhias menores foram destinadas ao Oriente Médio e à América Latina. Somente no ano fiscal de 1963, as equipes móveis nessa região cresceram 100%, num quadro definido como de crescente consciência na América Latina “de que a ação cívica

militar e operações de contra-insurreição de perfil lento estão entre as exigências militares mais prementes”.

Um dos principais centros militares de treinamento foi a já mencionada Escola das Américas, vinculada ao Exército dos EUA (U.S. Department of Defense, Army, 1964:129-30). Em 1965, no contexto da nova fase do envolvimento americano no Vietnã, depois da resolução do Golfo de Tonkin, o relatório anual do Exército explicava a tendência de especialização regional das Forças Especiais: “As Forças Especiais para a América Latina, por exemplo, organizaram e forneceram equipes móveis de treinamento em guerra especial para 17 países latino-americanos”, compreendendo:

“instrução tática de contra-insurreição para as forças armadas dos países anfitriões e treinamento em operações psicológicas, ação cívica, inteligência de combate, comunicações, manutenção de veículos sobre rodas, treinamento tático de pequenas unidades e preparação de programas de instrução em contra-insurreição” (U.S. Department of Defense, Army, 1965:131).

Depois da morte de Kennedy, o discurso do novo presidente abandonou as promessas democráticas e enfatizou a contra-revolução como alvo central da política americana na América Latina. A nomeação de Thomas Mann para os cargos de coordenador da “Aliança para o Progresso”, assistente especial do presidente e secretário de Estado adjunto para assuntos interamericanos selou a sorte do programa. Em poucos anos, segundo o historiador Walter LaFeber, “metade do programa de Kennedy fora desmantelado. O apoio econômico, mas não a ajuda militar, caiu com o crescimento das necessidades advindas da Guerra no Vietnã”. O anticomunismo passou a ser o alvo único da política governamental. Foi esse o contexto em que se deu o envio dos 22 mil soldados americanos à República Dominicana, em abril-maio de 1965. Para LaFeber (1983:156-159), no final dos anos 60 sobraram da Aliança os seus elementos mais perigosos, entre os quais “a dependência frente aos militares - treinados e supridos com recursos americanos - para manter a ordem em sociedades inquietas”.

Por fim, antes de passar à parte seguinte, convém lembrar que a fase que acabamos de estudar deixou suas marcas também na estrutura da OEA. Em 1962, na Oitava Conferência de Consulta dos Ministros do Exterior daquela entidade, criou-se o Comitê Especial de Consulta sobre Segurança (CESC), definido por uma analista como um “vigia

encarregado de monitorar as atividades subversivas de Cuba” (Child, 1978:203). Composto quase exclusivamente de militares, este órgão pouco conhecido da OEA preparou estudos sobre o tema dos influxos cubanos no continente até ser desativado em 1975, sob os aplausos de 17 países membros, e para a visível contrariedade das ditaduras militares do Chile, Brasil, Uruguai e Paraguai, que votaram por sua permanência.

### **TEMPO DE CRISE (1968-1976)**

Contudo, a partir de 1967, ano que marcou seu apogeu, a “ajuda” militar americana sofreu modificações importantes. Dois processos fundamentais relacionados ao agravamento da crise no Vietnã estão na origem dessa mudança. O primeiro foi a concentração das preocupações estratégicas dos EUA no sudeste da Ásia. O segundo, as repercussões negativas de tal situação, que resultaram na chamada “quebra do consenso” sobre a política externa do país (Kaplan, 1975:203). Depois de 1968, as decisões nesse campo teriam que levar em consideração o possível surgimento de uma oposição interna semelhante à campanha contra a Guerra do Vietnã (Schulzinger, 1995:394-423). Foi nesse quadro que, entre 1967 e 1968, o Congresso dos EUA tomou uma série de medidas de limitação e controle da ajuda militar ao continente.

No plano global, com a ascensão ao poder do republicano Richard Nixon, em 1969, as ambições da política de “equilíbrio de poder” patrocinada por Henry Kissinger - assessor especial e depois Secretário de Estado do presidente republicano - levaram aos esforços de estabelecer uma “détente” com a URSS e, em 1972, ao espetacular reatamento das relações com a China, em 1972 (Paterson, 1988:222-248; Patterson, 1996:743-770). O novo foco devolveu a América Latina a um lugar marginal no contexto estratégico norte-americano (Szulc, 1978). Como reflexo da crise do Vietnã - a chamada “Doutrina Nixon” passou a incentivar a venda de armas e não mais o envio de tropas a áreas críticas da Guerra Fria. Para burlar a vigilância do Congresso, o Executivo patrocinou uma série de operações secretas em países como o Irã, Laos e Angola, as quais, ao serem descobertas e denunciadas, agravariam substancialmente a crise institucional norte-americana (Hartung, 1994:24-44; Schulzinger, 1995:409; Paterson, 1988:244-45).

Por sua vez, a “quebra do consenso” também incluiu uma mudança na atitude da imprensa, que passou a denunciar as políticas da

Casa Branca, do Pentágono e do Departamento de Estado: “Mesmo quando o Vietnã declinou como assunto, parte da ira gerada pela guerra permaneceu” (Schulzinger, 1995:397). Assim, em junho de 1971, o jornal *New York Times* publicou documentos oficiais sobre as decisões que conduziram à escalada no Vietnã, os chamados “Papéis do Pentágono” (Wicker, 1991:641-46). Em seguida, o caso Watergate, revelado pelo *Washington Post*, levaria à *débacle* final do governo Nixon.

Na América Latina, a clara participação do governo Nixon na derrubada do presidente Salvador Allende culminou a intromissão da CIA no processo interno chileno iniciado ainda antes da posse de Allende, em 1970 (Smith, 1996:171-76; Paterson, 1988:244-45). Afastada a ameaça de expansão do foco rural de inspiração castrista, o caminho pacífico e legal do socialismo ao poder era agora o alvo da política americana da Guerra Fria (Child, 1978:213). Com efeito, no começo de 1968, em relatório apresentado ao “Subcomitê de Assuntos das Repúblicas Americanas” do Comitê de Relações Externas, no Senado dos EUA, o professor David Burks reconhecia que “na maioria dos países latino-americanos os métodos castristas foram tentados e fracassaram” (U.S. Senate, 1968a:1; U.S. Senate, 1968b). Mesmo admitindo que as “condições sociais e econômicas potencialmente favoráveis à guerra revolucionária continuam a existir”, Burks concluía que “no balanço final, o caminho pacífico parece oferecer melhores perspectivas (ainda que não muito boas) que a via castrista para a sobrevivência e crescimento dos comunistas na maior parte dos países” (U.S. Senate, 1968:3).

Entre os países onde “a guerra revolucionária parece não ter futuro” o documento incluía Argentina, Brasil, e Uruguai. Ao analisar as potencialidades da Conferência Tricontinental e da fundação da Organização de Solidariedade Latino-Americana (OLAS), realizadas em Havana entre 1966 e 1967, o texto recomendava uma atitude de alerta por parte dos EUA, mas não parecia atribuir maiores riscos à retomada tardia da pregação da luta armada por Fidel Castro (U.S. Senate, 1968:9 e segs).

Isso também explica o novo estado de espírito em setores do Congresso dos EUA, no sentido de impor limites às políticas militares na América Latina. A partir de 1967, alguns parlamentares desencadearam forte ofensiva contra a política de ajuda militar ao Terceiro Mundo (Child, 1978:209-10). O golpe inicial veio com as emendas Conte-Long e

Symington ao Foreign Assistance Act de 1967. A primeira delas proibia o emprego da ajuda militar para “a transferência de armas ‘sofisticadas’ às nações subdesenvolvidas, exceto onde o presidente a considerasse ‘vital para a segurança da nação’” (Kaplan, 1975:419). A segunda estabelecia a limitação de ajuda econômica a países com gastos militares excessivos. Com relação à América Latina, emenda do senador William Fulbright fixou um teto para os empréstimos e vendas militares à região (Child, 1978:211).

A nova postura do Congresso entraria em colisão com as expectativas das ditaduras militares, principalmente no Cone Sul. As críticas de senadores e deputados norte-americanos às violações dos direitos humanos agravaram a situação. No Brasil e na Argentina dos anos 70, os governos militares passaram a desconfiar da política americana. Um exemplo disso foi a disposição da ditadura militar argentina a empreender a modernização tecnológica militar independente da ajuda militar dos EUA.<sup>10</sup> Quanto ao Brasil, em seu balanço sobre as relações com nosso país no período 1969-1970, o Secretário de Estado dos EUA registrava: “Devido à nossa incapacidade para satisfazer requisições de equipamento militar por parte da Força Aérea e da Marinha brasileiras, essas forças voltaram-se recentemente para a Europa na busca de aviões a jato e navios (U.S Department of State, 1970:121).

A 19 de fevereiro de 1972, o jornal argentino *La Prensa* já publicava estudo do conceituado SIPRI sueco, segundo o qual os países da América Latina efetuaram compras maciças de aviões militares, submarinos, tanques e mísseis desde 1968. Argentina, Brasil, Chile e Peru foram os maiores compradores de armas provenientes dos EUA, França, GB, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Austrália, Suécia e Noruega. Em resposta, conforme o *Miami Herald* de 7 de junho de 1972, o Secretário da Defesa Melvin Laird solicitou, em audiência no Sub-Comitê de Apropriações do Senado, a abolição do teto de US\$ 100 milhões para exportações de armas para a América Latina, considerando o limite “um erro”, que levou vizinhos a procurar armas de fornecedores europeus. Essa declaração ocorria menos de quatro meses depois da anunciada intenção dos EUA de conter a “corrida armamentista” no continente (*Facts on File*, 1968-1975).

A maior parte da receita solicitada foi para a Bolívia, com o intuito de criar dificuldades ao Chile de Allende. Em meados de 1973, o governo Nixon burlou a vigilância do Congresso e autorizou a venda de

jatos F-5E para Chile, Brasil, Argentina, Colômbia e Venezuela, conforme revelou o Secretário de Estado William P. Rogers, em depoimento na Comissão Relações Exteriores da Câmara. Suas declarações revelam a essência das disposições de Nixon: “os EUA não devem mais tentar definir para os latino-americanos o que é razoável nas suas necessidades militares”. Quase ao mesmo tempo, o Brasil anunciaria a 30 de maio que compraria 48 jatos, fabricados pela Northrop, ao custo unitário de US\$ 1,6 milhões. Mas a retomada teria fôlego curto. O escândalo Watergate logo concentraria todos os esforços do governo Nixon, ao mesmo tempo em que aumentava a vigilância do Congresso sobre os atos do Executivo.

### **O INTERREGNO CARTER (1977-1980)**

Jimmy Carter elegeu-se com a promessa de reformar e moralizar a política externa americana. No entanto, sua tentativa de recuperação da política externa dos EUA, ancorando-a num discurso ético de defesa dos “Direitos Humanos”, provocou efeitos desiguais, antes de ser completamente abandonada na segunda metade de seu governo. Na prática, além dos conflitos que criou com as ditaduras militares do Cone Sul, essa agenda pouco influenciou na política externa dos EUA (Lafeber, 1997:287). No seio de seu governo, forças favoráveis à simples manutenção da política tradicional da “contenção” da URSS ocupavam postos importantes, com destaque para o assessor de Segurança Nacional do presidente, Zbigniew Brzezinski (Lafeber, 1997:284). O secretário de Defesa, Harold Brown, também acreditava que a nova política não atenuaria as tensões da Guerra Fria: “Nosso problema fundamental a longo termo continua a ser a União Soviética. Gostemos ou não, a liderança soviética parece disposta a desafiar-nos a uma competição militar significativa” (Cottam, 1994:76).

Ao lado desse grupo mais duro, o governo Carter contava com altos funcionários dispostos a buscar solução mais flexível para os conflitos do Terceiro Mundo, relativizando a ameaça direta de interferência soviética. No que tange à América Latina, isso incluiria pressões para que as ditaduras militares do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai controlassem os aspectos mais repressivos de seus regimes. Liderado pelo secretário de Estado, Cyrus Vance e seu assistente, Warren Christopher, o discurso desse grupo continha ressonâncias do espírito da

Aliança para o Progresso (Lafeber, 1983:212). No entanto, as políticas contraditórias de Carter na Nicarágua e El Salvador mostrariam como mesmo essa intenção era limitada. No plano global, a política de apoio ao Xá do Irã também se afastava nitidamente desta agenda. Por fim, o último ano do governo Carter marcou-se por uma escalada armamentista que constituiu a ante-sala da retomada da Guerra Fria sob Ronald Reagan (Lafeber, 1997:297).

No entanto, nos primeiros anos do governo Carter, a política de direitos humanos teve efeitos imediatos no Cone Sul da América. Antes mesmo que os EUA ameaçassem suspender a ajuda militar a esses países, com base nos resultados de sua investigação, os governos militares da Argentina, do Uruguai e do Brasil renunciaram à assistência americana. Poucos dias depois, romperam os acordos militares bilaterais em vigência desde 1952. A 11 de março de 1977, ao anunciar o rompimento, o governo brasileiro de Ernesto Geisel usou como justificativa “a introdução de modificações na legislação norte-americana que mudaram de forma inaceitável as condições para a cooperação militar entre os dois países”. No dia seguinte, o Comitê de Relações Exteriores do Senado americano divulgou os relatórios elaborados pelo Departamento de Estado sobre violações de direitos humanos em 82 países do mundo. A parte referente ao Brasil apontava “casos de prisões e detenções arbitrárias”, práticas de torturas e falta de condições adequadas de defesa para os prisioneiros políticos (Facts on File, 1977:167-68 e 186-87).

Mais do que uma ruptura, o fim dos acordos de 1952 parece ter representado uma ratificação do gradual afastamento entre os interesses de modernização das forças armadas do Cone Sul e a capacidade ou disposição dos EUA em atendê-las. Como mostraram à época as estatísticas do próprio Departamento de Estado, divulgadas pela Agência de Desarmamento e Controle de Armas dos EUA, desde 1968 tinham ocorrido duas modificações fundamentais. Por um lado, os países da região passaram a se abastecer de armas modernas por meio de compras comerciais diretas e não mais de programas de ajuda militar. Por outro, eles diversificaram os fornecimentos, comprando da Europa e Israel o que não podiam adquirir dos EUA. Assim, entre 1966 e 1975, a parcela americana no total das importações de armamentos do continente caíra de 40% para 14%. Por fim, o documento apontava para os primeiros sinais de surgimento de um parque industrial-militar cada vez mais significativo em países como Argentina e Brasil (*Facts on File*, 1977:415).

Desde 1968, o Stockholm Peace Research Institute passou a publicar um levantamento sistemático do comércio de armas no mundo (*World Armaments and Disarmament - SIPRI Yearbook*). O exame dos dados desses relatórios referentes a Argentina e Brasil permitem avaliar qual o peso efetivo da suspensão dos acordos de 1952 para os dois maiores países do Sul (SIPRI, 1968-1977). É possível retirar daí algumas conclusões importantes: em primeiro lugar, a substituição dos EUA pelos países da Europa, como principais fornecedores de armamentos. Em seguida, a radical alteração no tipo de armamento fornecido: navios, tanques, helicópteros, jatos e mísseis de última geração, que representavam um salto significativo em relação às sobras de guerra transferidas dos EUA na década de 50, nos quadros dos acordos firmados em 1952, e que por volta de meados dos anos 60 ainda constituíam quase a totalidade do armamento das forças armadas argentina e brasileira. Assim, o rompimento dos acordos em 1977 não seria capaz de afetar substancialmente a modernização daquelas Forças Armadas.

O exame dos dados relativos ao Brasil mostra que, já em 1968, foram efetuadas encomendas de aeronaves à Grã-Bretanha, França e Canadá, ao mesmo tempo em que se mantinha o fornecimento americano de helicópteros adequados às tarefas de contra-insurreição. A partir de 1969, as compras passam a incluir fragatas e submarinos ingleses, navios caça-minas alemães, mísseis franceses, australianos e britânicos, além de helicópteros *Alouette* e jatos *Mirage* de fabricação francesa. Entre 1970 e 1972, não há registros de encomendas militares feitas aos EUA. A partir de 1973, reaparecem importações desse país: helicópteros *Iroquois* e aviões de transporte *Hércules* (material adequado à contra-insurreição), além de jatos *Tiger*, munidos de mísseis ar-ar *Sidewinder* e ar-superfície *Maverick* e uma significativa compra de 42 jatos F-5 da Northrop, munidos de mísseis fabricados pela Hughes e Raytheon. Enquanto isso, entre 1973 e 1975, o Brasil importara navios caça-minas alemães, jatos de transporte leves e helicópteros anti-mísseis e um submarino da Grã-Bretanha, mísseis australianos e franceses *Exocet* para equipar as fragatas britânicas classe “Niterói” e helicópteros anti-mísseis franco-britânicos *Lynx*.

No que tange à Argentina, também em 1968 se iniciam as encomendas à França, Canadá e Holanda; o destaque é o porta-aviões a ser fabricado na Holanda. Como no caso do Brasil, mantiveram-se nesse

ano as compras de helicópteros dos EUA. A partir de 1969, cresce significativamente a participação européia: destróieres e fragatas britânicos; mísseis e caças franceses; aeronaves canadenses, italianas e holandesas; mísseis e submarinos alemães. Em 1970, em contraste como Brasil, houve encomendas de caças e helicópteros. Também foram entregues então os 25 caças americanos *Skyhawk*, encomendados em 1965. Nesse mesmo ano, a França começa a fornecer os jatos *Mirage* armados de mísseis ar-ar e os mísseis *Exocet* mar-mar, para equipar os destróieres. Depois de 1973, as Forças Armadas argentinas compraram mísseis de Israel, jatos de treinamento italianos e mísseis e helicópteros britânicos. Em 1975, foram encomendados aos EUA mais 25 caças *Skyhawk*.

### A ÚLTIMA DÉCADA (1981-89)

Nas eleições presidenciais de 1980, os temas da Guerra Fria constaram com destaque da agenda das campanhas. Os fracassos externos dos últimos anos do governo Carter ajudaram a campanha de Ronald Reagan (Smith, 1994:161 e segs; LaFeber, 1997:299). A partir de setembro de 1978, “a presidência Carter iniciou um longo declínio, impelida tanto por divisões internas como por uma série de eventos externos incontrolláveis” (LaFeber, 1997:289). Em 1978, o reatamento das laços diplomáticas com a China agravara as relações com a URSS. Em fevereiro de 1979; a derrubada do Xá colocou no poder um governo fundamentalista disposto a vingar o apoio de Carter ao regime deposto. Em julho, os sandinistas tomaram o poder na Nicarágua. Logo a seguir, a embaixada dos EUA em Teerã foi invadida por militantes islâmicos, que retiveram 53 reféns americanos. Como se não bastasse, nos últimos dias de dezembro de 1979, a URSS invadiu o Afeganistão. E para culminar, em abril de 1980, a tentativa de resgatar os reféns americanos no Irã terminou no desastroso choque entre as aeronaves encarregadas de efetivá-la (LaFeber, 1997:289-99). Não admira, assim, que Ronald Reagan se apresentasse aos eleitores como paladino do orgulho nacional ferido.

Do ponto de vista deste texto, o período correspondente aos dois mandatos de Reagan (1981-88) é crucial em dois sentidos. Em primeiro lugar, pelos efeitos na América Latina da política reaganiana de aguçamento da Guerra Fria. Desses efeitos, o mais visível foi a nova valorização da América Central e do Caribe, em contraste com a

manutenção da América do Sul - com exceção de Venezuela e Colômbia - como área quase abandonada. Uma outra consequência central foi a tendência a substituir abordagens políticas e diplomáticas por soluções militares nas relações com o Sul.

O exame do governo Reagan também é fundamental para compreender qual era o cenário estratégico hemisférico quando se inicia a chamada Nova Ordem Mundial. Nesse sentido, é crucial perceber que vários focos de tensão entre as forças armadas do Sul e a política externa dos EUA no pós-1989 tiveram origem nos anos 80. Assim, tanto como fim de uma era quanto como momento definidor de tendências da era seguinte, os anos Reagan têm lugar especial na análise das questões militares e estratégicas hemisféricas.

Os anos oitenta ficaram conhecidos como o período da Segunda Guerra Fria. No primeiro ano da década, ainda no governo Carter, já estavam visíveis as tendências a uma nova escalada de gastos militares, principalmente depois da invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas. Convém lembrar, nesse sentido, que foi de Carter a decisão de construir bases militares na região do Golfo Pérsico e de criar as chamadas “Forças de Emprego Rápido” (Rapid Deployment Forces), para intervenção em qualquer área de crise do mundo (LaFeber, 1997:297).

A partir de 1981, já no governo Reagan retomou a tradicional visão do conflito entre uma potência continental (a URSS) e uma potência marítima (os EUA), cuja área principal de confronto seria o grande arco constituído pela Europa Atlântica e o Mediterrâneo, o Oriente Médio, a Ásia Meridional e do sudeste e a vertente ocidental do Pacífico. Na releitura reaganiana, a potência continental soviética estaria prestes a alcançar seu objetivo de penetração no próprio âmago da potência marítima americana, graças não apenas a sua poderosa frota oceânica, mas à obtenção de bases e aliados em países do Terceiro Mundo, como Cuba, Angola, Vietnã e Aden. Os acontecimentos no Irã, Afeganistão e Nicarágua confirmavam esse risco (Bustamante, 1989:13-19).

O Terceiro Mundo assumia assim um lugar crucial nas considerações estratégicas dos anos 80. Coerente com isso, as já mencionadas “Forças de Emprego Rápido” vêm crescer seu papel. De recurso especial em situações específicas de crise, sua mobilidade passa a ser vista como fundamento de uma doutrina mais ampla, “que tende a converter o conjunto das forças dos EUA em forças capazes de reação e

intervenção rápida em todo o globo, sem requerer para tanto, como no passado, um complexo sistema de bases e alianças” (Bustamante, 1989:25). Essa tendência tem conseqüências que se projetariam para além do período da Guerra Fria, ao apontar, por um lado, para uma auto-suficiência e autonomia muito maior das ações militares dos EUA e, por outro, para a potencial militarização de soluções estratégicas que antes dependiam muito mais de negociações políticas. Associados a uma revalorização das hipóteses de conflitos convencionais, esses processos configuram um quadro novo nas relações hemisféricas, que, ainda uma vez convém destacar, não se resumem ao período encerrado em 1989. Com efeito, derivaria daí a noção de “dissuasão escalonada e diferenciada”, com o fim de construir e manter uma capacidade de resposta rápida em todos os degraus da escala estratégica (Bustamante, 1989:29).

Esse conjunto de mudanças deveria garantir as condições para o desencadeamento de uma ofensiva na periferia mundial, destinada a fazer recuar (roll back) as forças comunistas. Reaparecem nesse quadro conceitos dos anos 60, como a “guerra subconvencional” e o “conflito psicopolítico”. Se possível, as ações ofensivas deviam ser travadas por terceiros, sob orientação e patrocínio dos EUA. Encaixa-se aí a idéia de “guerra de baixa intensidade” - que prevê a utilização de meios militares irregulares para impedir novas defecções no campo ocidental e expressa a percepção de que um novo comprometimento militar dos EUA na escala do Vietnã seria inaceitável para o público norte-americano. O princípio da “economia de forças”, nesse sentido, previa o uso de terceiros para efetuar as tarefas de interesse dos EUA, sempre que possível. O alcance geográfico e a própria definição desse tipo de guerra parecem mais difusos e imprecisos: “trata-se de declarar todo o planeta como uma zona de conflito político-militar fluído, onde todos os atores podem atacar e ser atacados, conquistar e perder posições” (Bustamante, 1989:32). O alvo principal era o apoio a forças opositoristas dentro de áreas considerada de domínio da URSS.

A Doutrina Reagan pode ser resumida como uma nova versão da concepção do “roll back” da primeira fase da Guerra Fria - a recuperação das áreas da periferia perdidas para a influência soviética, sem buscar enfrentamentos diretos. Nas palavras do próprio Reagan, em 1985: “Nossa missão é alimentar e defender a liberdade e a democracia”. Os americanos tinham que apoiar aqueles que “em qualquer continente,

do Afeganistão à Nicarágua, desafiam a agressão com apoio soviético e assegurar direitos que foram nossos por nascimento (...) O apoio aos lutadores pela liberdade é auto-defesa” (LaFeber, 1997:306). O conceito reaganiano de partidários da liberdade fundava-se num dos princípios de sua política externa, lançado por sua futura embaixadora nas Nações Unidas, Jeane Kirkpatrick, num famoso artigo em que esta propunha que a diferença entre regimes ditatoriais e totalitários era que estes últimos nunca poderiam ser democratizados a partir de uma evolução interna e neles a única solução seria a derrubada pela força (Smith, 1994:162-64).

Quais os reflexos dessas mudanças nas relações estratégicas hemisféricas? Aqui, antes de tudo, é preciso ressaltar que na nova visão estratégica a América Central e o Caribe passam à primeiríssima ordem de importância para os EUA. Já “a América Meridional fica progressivamente relegada à condição de zona de terceiro nível de importância para os estrategas do Pentágono” (Bustamante, 1989, 38). O foco na América Central e no Caribe centra-se na idéia do efeito diversionista que avanços soviéticos na região poderiam ter sobre conflitos nas áreas mais cruciais do globo (Bustamante, 1989, 19-41). Isso ficaria claro nas palavras do próprio presidente, em 1983. Para ele, os soviéticos “querem prender nossa atenção e nossas forças na nossa própria fronteira sul, limitando assim nossa capacidade de agir em locais mais distantes” (Smith, 1994:164). A terapia reaganiana para tais ameaças incluiu a intervenção militar direta em Granada, em outubro de 1983, mas sua alternativa preferida foi o apoio a forças paramilitares nativas, treinadas e equipadas pela CIA, como no caso dos “contra” da Nicarágua a partir de fins de 1981. Além disso, ficou evidente a participação direta da CIA em atentados e atos terroristas contra os sandinistas desde fins de 1983 e a ajuda e militar norte-americana a El Salvador, para derrotar a Frente Farabundo Martí. Até mesmo controverso general Noriega, cujas conexões como narcotráfico eram notórias, foi eleito como aliado, no combate aos sandinistas (LaFeber, 1997:309-13).

Nesse marco mais geral, os EUA desenvolvem a partir do início dos anos 80 uma série de políticas de novo tipo, cuja importância ultrapassa o período da Guerra Fria. O primeiro ponto a destacar é a renúncia americana a construir uma política hegemônica para o conjunto da América Latina, na tradição das tentativas de Roosevelt ou Kennedy. Nos anos 80, a atitude dos EUA passa a se fundar cada vez mais numa diferenciação entre áreas de baixo risco, fadadas ao desprezo geopolítico

e “hot spots”, que exigem concentração de recursos. Essa política fragmentária e pontual repete-se no plano das alianças locais: a política da fase republicana recente privilegia os laços com atores internos considerados mais eficazes, ao contrário do contato entre nações. Daí derivariam as suas várias tentativas de “fazer da política de influência entre as Forças Armadas um substituto de uma rede mais complexa de relações internacionais” (Smith, 1994:50).

No entanto, nos principais países sul-americanos, essas ações se defrontariam com uma série de dificuldades. A Guerra das Malvinas colocou em xeque o TIAR, com sua idéia de solidariedade hemisférica (Bustamante, 1987:22 e segs.). Ainda assim, convém registrar a intenção do governo Reagan de reatar a política de influência sobre as forças armadas da América do Sul por meio de “programas de intercâmbio de pessoal como o IMET (International Military Exchange and Training Program), os de venda de armas e de treinamento de forças de segurança” (Bustamante, 1987:51-52).

O segundo ponto característico da política militar dos anos 80 é a retomada das idéias da contra-insurreição, agora sob o manto da “guerra de baixa intensidade”. Ao contrário dos anos 60, porém, as condições políticas internas funcionam como forte impedimento às intervenções diretas como a de 1965 na República Dominicana. De tal modo, “as tropas e forças armadas locais devem funcionar como a primeira linha do aparato defensivo estadunidense” (Bustamante, 1987:54). Isso implicaria no apoio à formação de unidades especiais locais completamente adequadas aos objetivos dos EUA.

Finalmente, cumpre salientar um correlato importante do conceito de “guerra de baixa intensidade”: a inclusão de problemas até então classificados como de ordem pública nas considerações estratégicas e militares dos EUA para a região. Duas questões adquirem aqui maior visibilidade: o combate ao narcotráfico e o problema da imigração ilegal para os EUA. Enquanto perdura a Guerra Fria, nota-se em setores da diplomacia e das forças armadas dos EUA uma tendência a incluir esses problemas no conceito de “guerra indireta”.

No entanto, as conseqüências estratégicas e políticas dessa ampliação têm efeitos que se prolongam para além de 1989. Com efeito, o agravamento de tais problemas sociais nos EUA cria condições favoráveis ao alargamento do conceito de guerra a questões classicamente consideradas de ordem pública ou social (Petras e Morley,

1995). Essa reformulação obviamente implicaria em redefinir as funções das Forças Armadas da região, bem como sua configuração e armamentos. Sintomaticamente, as próprias forças armadas americanas resistem às propostas de atuação nessas novas tarefas com argumentos idênticos aos que foram levantados no pós-1989 por setores militares da América Latina (Martins Filho e Zirker, 1996). Como lembrou um analista, o aparelho militar americano “teme a corrupção, desprofissionalização e distração de recursos que a luta anti-narcotráfico lhes poderia representar”. Para ele, “a origem desta pressão por militarizar os aspectos assinalados surge mais de setores políticos civis, e sobretudo do Congresso americano” (Bustamante, 1989:59-60).

Voltando ao governo Reagan, a coerência estratégica de suas propostas anticomunistas para a América Latina não impediria que suas táticas de guerra fria resultassem em grandes fracassos políticos. Quando em 1984, terroristas árabes apoiados pelo Irã seqüestraram vários cidadãos americanos (incluindo agentes da CIA), o presidente esqueceu-se de seus ataques a Carter por negociar com terroristas no caso dos reféns de 1979. Como se recorda, aceitando uma proposta israelense, Reagan concordou em fornecer mísseis ao Irã em troca da libertação dos reféns. Posteriormente, diante da resolução do Congresso norte-americano que proibia qualquer forma de ajuda militar aos “contra” da Nicarágua, um membro do Conselho de Segurança Nacional, o coronel Oliver North, sugeriu que os fundos arrecadados com a venda de armas ao Irã fossem entregues aos grupos anti-sandinistas (LaFeber, 1997:313). Descoberta a manobra, o escândalo Irã-”contras” quase provocou o impeachment de Reagan, e “provavelmente o faria, não fosse a resistência do Congresso em derrubar outro presidente” (Schulzinger, 1995:419).

## **ANOTAÇÕES FINAIS**

Durante a Guerra Fria, seja na forma da ajuda militar por meio de transferência de material de guerra, ou nas receitas para o empenho dos militares do Sul no combate à guerrilha; seja ao suspender as transferências de armamentos em virtude de sua crise institucional interna ou ao tentar retomá-la nos anos 80 sob novos parâmetros, passando pelos curtos períodos em que levantou a bandeira da ética nas relações com o hemisfério, as políticas militares dos EUA constituíram

um dos parâmetros básicos da situação política na região. No entanto, é preciso reconhecer as especificidades internas à esta imensa área: México e Caribe (para não falar de Cuba) foram e são regiões de maior risco para os EUA. Brasil e Argentina, por suas dimensões geográficas e econômicas, mereceram em certos momentos atenção maior.

As páginas anteriores mostraram que as mais de quatro décadas de Guerra Fria foram um período dinâmico e em constante mudança, marcado não apenas por fases de atenuação e enrijecimento das tensões entre EUA e URSS, como por mudanças relevantes nas relações com o Sul. Por fim, nos quarenta e dois anos da Guerra Fria, graças ao próprio apoio americano, alguns países da região alimentaram expectativas de autonomia, me geral pouco notadas.

Também é preciso reconhecer que a aliança prioritária com os EUA não excluía tensões, mesmo nas relações intramilitares. Desde os anos 50, os militares da região aceitavam de bom grado a ajuda para o combate à subversão, mas ansiavam também por armas pesadas e modernas. Com o agravamento da Guerra do Vietnã, as ditaduras militares do Sul viram-se na incômoda posição de se submeter a pressões externas na questão dos direitos humanos. Após a Guerra das Malvinas, a falência do TIAR ficou evidente.

## BIBLIOGRAFIA

- BARNET, Richard. *Roots of War. The Men and Institutions behind U.S. Foreign Policy*, New York, Atheneum, 1972.
- BLECHMAN, Barry e Stephen Kaplan (eds.). *Force Without War. U.S. Armed Forces as a Political Instrument*. Washington, D.C., The Brookings Institution, 1978.
- BUSTAMANTE, Fernando. "Los intereses estrategicos de los EUA y America Latina en los años 80". Documento de Trabajo, Programa Flacso-Chile, numero 398, marzo 1989.
- CHILCOTE, Ronald. *Theories of Comparative Politics*. In *Search for a Paradigm Reconsidered*. 2nd Ed., Boulder, Westview, 1994.
- CHILD, John. *Unequal Alliance. The Inter-American Military System, 1938-1978*, Boulder, Colorado, Westview, 1980.
- COTTAM, Martha L. *Images and Intervention. U.S. Policies in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1994.
- CUMINGS, Bruce. "Revising 'Postrevisionism' or the Poverty of Theory in Diplomatic History" in Michael J. Hogan (org.), *America in the World - the Historiography of American Foreign Relations since 1941*, Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1995, pp.20-62.
- DREIER, John C. *The Organization of American States and the Hemisphere Crisis*. New York/Evanston, Council on Foreign Relations/Harper&Row, 1962, pp.43-48.

- Facts on File*, New York, Person's index, facts on file, Inc., 1948-1989.
- FRANCIS, Michael J. "Military Aid to Latin America in the U.S. Congress", *Journal of Interamerican Studies*, 6(3), July 1964, 389-403.
- GILDERHUS, Mark. "An Emerging Synthesis. U.S.-Latin American relations since the Second World War" IN Michael J. Hogan (org.), *America in the World - the Historiography of American Foreign Relations since 1941*, Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1995, pp. 424-61.
- HALBERSTAM, David. *The Best and the Brightest*, New York, Ballantine Books, 1992. 20th anniversary ed.
- HALBERSTAM, David. *The Fifties*, New York, Fawcett Colombine, 1993.
- HARTUNG, William. *And Weapons for All*. New York, Harper Collins, 1994.
- HOVEY, Harold. *United States Military Assistance: a Study of Policies and Practices*. London, Pall Mall Press, 1966,
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- KAPLAN, Stephen S. "U.S. Arms Transfers to Latin America: Rational Strategy, Bureaucratic Policy and Executive Parameters", *International Studies Quarterly*, 19(4):399-431, Dec. 1975.
- LAFEBER, Walter. *America, Russia and the Cold War, 1945-1996*. New York, Mc Graw-Hill, 1997.
- LAFEBER, Walter. *Inevitable Revolutions: The United States and Central America*. Expanded ed. New York: W.W. Norton, 1983.
- LANGLEY. "Military Commitments in Latin America: 1960-1968", *Current History*, 56(334): 346-384. June 1969.
- LEFFLER, Melvyn. *A Preponderance of Power - National Security, the Truman Administration and the Cold War*, Stanford, Stanford University Press, 1992.
- LÓPEZ, Ernesto. (1988), *Seguridad nacional y sedición militar*. Buenos Aires, Legasa.
- MARTINS FILHO, João R. (2004), "A educação dos golpistas", paper apresentado no congresso internacional "As culturas da ditadura", University of Maryland, College Park.
- MECHAM, J.L. *The United States and Inter-American Security, 1889-1960*, Austin, University of Texas Press, 1961.
- PATERSON, Thomas. *Meeting the Communist Threat. Truman to Reagan*, New York, Oxford University Press, 1988.
- PATTERSON, James. *Grand Expectations, the United States, 1945-1974*. Oxford, Oxford U.P., 1996.
- POWELL, John. "Military Assistance and Militarism in Latin America", *Western Political Quarterly*, 18(2):382-404. June 1965.
- PRADOS, John. "The Hottest Spots", *The Quarterly Journal of Military History Review*, Spring 1997, pp.12-13.
- RABE, Stephen. "Controlling Revolutions: Latin America, the Alliance for Progress, and Cold War Anti-Communism", in Thomas Paterson (ed.), *Kennedy's Quest for Victory - American Foreign Policy, 1961-1963*. New York, Oxford University Press, 1989.
- ROSTOW, Walt. "Guerrilla Warfare in the Underdeveloped Areas", reproduzido in Harry Ransom (ed.), *An American Foreign Policy Reader*, New York, Thomas Crowell, 1965. p. 507-513.
- ROSTOW, Walt. "United States Tasks on the World Scene", U.S. Department of State Press Release n.594 (November 19, 1963), in Harry Ransom (ed.), *An American Foreign Policy Reader*, New York, Thomas Crowell, 1965.

- ROUQUIÉ, Alain. Poder militar y sociedade política en la Argentina. II. 1943/1973. Buenos Aires, Emecé, 1982.
- SCHULZINGER, Robert. "Complaints, Self-Justifications, and Analysis: The Historiography of American Foreign Relations since 1969", in Michael J. Hogan (org.), *America in the World - the Historiography of American Foreign Relations since 1941*, Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1995, pp.394-423.
- SHY, John e Thomas Collier. "Revolutionary War", in Pater Paret (org.), *Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton, Princeton University Press, 1986.
- SIPRI, World Armament and Desarmament. SIPRI Yearbook. 1968-77.
- SMITH, Gaddis. *The Last Years of the Monroe Doctrine, 1945-1993*, New York, Hill and Wang, 1994
- SMITH, Peter. *Talons of the Eagle. Dynamics of U.S.-Latin American Relations*. New York/Oxford, Oxford University Press, 1996.
- SZULKIC, Tad. *The Illusion of Peace. Foreign Policy in the Nixon Years*. New York, Viking Press, 1978.
- TRASK, Roger. "George Kennan's Report on Latin America (1950)", *Diplomatic History*, 2(3):307-311. Summer 1978.
- U.S. AIR FORCE, Evaluation Division. Directorate of Military Assistance & Sales, Deputy Chief of Staff, S&L, Headquarters, "Information and Guidance on Military Assistance Grant Aid and Foreign Military Sales". 12th Edition, 1970.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Semiannual Report of the Secretary of Defense", January 1 to June 30, 1954. United States Government Printing Office, Washington, D.C., 1955.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Semiannual Report of the Secretary of Defense", January 1 to June 30, 1957. United States Government Printing Office, Washington, D.C., 1957.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Annual Report of the Secretary of Defense, July 1 1958 to June 30 1959", Washington, D.C., US Government Printing Office, 1960.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Annual Report for Fiscal Year 1962. Washington, United States Government Printing Office, 1963.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Annual Report of the Secretary of the Army", July 1 1961, to June 30, 1962. Washington, D.C., US Government Printing Office, 1962.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Annual Report of the Secretary of the Army", July 1 1962, to June 30, 1963. Washington, D.C., US Government Printing Office, 1963.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Annual Report of the Secretary of the Army", July 1 1963, to June 30, 1964. Washington, D.C., US Government Printing Office, 1964.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Annual Report of the Secretary of the Army", July 1 1964, to June 30, 1965. Washington, D.C., US Government Printing Office, 1965.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Annual Report of the Secretary of the Navy", July 1, 1961 to June 30, 1962
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. "Annual Report of the Secretary of Defense", July 1, 1962 to June 30, 1963", Washington, DC, US Government Printing Office, 1963.
- U.S. DEPARTMENT OF STATE. "United States Foreign Policy, 1969-1970. A report of the Secretary of State". Washington, Government Printing Office, 1970.
- U.S. PRESIDENT'S COMMITTEE TO STUDY THE U.S. MILITARY PROGRAM (Draper Committee). "Report on the Organization and Administration of the Military

Assistance Program Submitted to the President in June 3, 1959". Washington, U.S. Printing Office, 1959.

U.S. SENATE. Survey of the Alliance for Progress. "Insurgency in Latin America", January 15, 1968. Washington, DC, Government Printing Office, 1968.

U.S. SENATE. Survey of the Alliance for Progress. "Insurgency in Latin America". Hearings of the Subcommittee on American Republic Affairs, of the Committee on Foreign Relations. Washington, D.C., March 4, 1968. Washington, DC, Government Printing Office, 1968.

WICKER, Tom. One of Us. Richard Nixon and the American Dream. New York, Random House, 1991.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

<sup>2</sup> Para balanço recente da literatura, ver Cumings (1995:20-62). Para uma revisão mais específica, Gilderhus in Hogan (1995:424-61).

<sup>3</sup> Em documento conjunto das FFAA americanas datado de meados de 1948, as zonas estratégicas principais na região seriam o Canal do Panamá, o Nordeste do Brasil, os poços de petróleo da Venezuela o estuário do Rio da Prata, o estreito de Magalhães, as minas de cobre do Chile, etc (Child, 1978:111).

<sup>4</sup> Para esses dados, baseio-me nos relatórios dos secretários da Defesa dos EUA entre 1948 e 1962, citados mais à frente.

<sup>5</sup> As informações para esta parte fundam-se na análise de Mecham (1961:3333) sobre o "Plano Militar Geral para a Defesa do Continente Americano" e seus anexos: "Áreas de Importância Estratégica Específica" e "Inteligência e Contra-Inteligência" (novembro de 1951), bem como de sua reformulação parcial de 1957.

<sup>6</sup> A frase peca pela generalidade. Como mostrou Ernesto López para o caso da Argentina e como procurei mostrar para o caso do Brasil, houve uma importante influência da doutrina da *guerre révolutionnaire* oriunda da França, a partir do final da década de 50. Ver López (1988) e Martins Filho (2004).

<sup>7</sup> O mais gráfico sintoma desse processo foi o episódio da viagem de Nixon à América Latina, em abril e maio de 1958, os protestos de rua que a marcaram e seu alarmante apogeu: o quase linchamento do vice-presidente norte-americano nas ruas do centro de Caracas (Mecham, 1961:342; LaFeber, 1983:136 e segs; Wicker, 1991:207-212).

<sup>8</sup> Não admira, assim, que um agudo analista da máquina burocrática encarregada da Segurança Nacional tenha afirmado: "Kennedy chegou à Casa Branca convencido de que a grande batalha de seu governo seria o destino do Terceiro Mundo e que tal destino seria decidido pelas atribuições da guerra de guerrilhas" (Barnet, 1972:79).

<sup>9</sup> No plano da defesa externa, os programas de defesa anti-submarina foram mantidos. Em 1957, o relatório semi-anual do Secretário de Defesa americano, estabelecia como relevantes as funções navais de "proteção de linhas marítimas e de comunicação e de defesa de áreas estratégicas contra ataques por mar" (U.S. Department of Defense, 1957).

Ainda em 1962, aceita-se a idéia de que certas funções de detecção de minas e patrulhamento anti-submarino no Atlântico Sul seriam úteis à defesa anti-soviética. Ao mesmo tempo, a escala e complexidade dos equipamentos navais não permitiria a sua desativação repentina. A ajuda naval manteve-se, assim (Hovey, 1966:58-60; Francis, 1964:402-03).

<sup>10</sup> Já em 1967, uma missão do Exército iniciou na França as negociações que resultaram na encomenda dos 60 tanques AMX-13, em substituição dos tanques americanos Sherman, com vinte anos de uso. Na Marinha a situação também era grave: as únicas navas modernas - três destróieres e dois submarinos - eram de propriedade dos EUA e estavam emprestados por cinco anos. Nesse contexto, a ditadura lançou o “Plano Europa”, um projeto de modernização militar baseado em compras livres e nacionalização da tecnologia externa (Rouquié, 1982:278-80).